



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
Neoliberalismo ou Intervenção e Redistribuição a Favor do Capital?			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Sydenham Lourenço Neto	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	Prof. Adjunto
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>A partir dos anos oitenta, o termo neoliberalismo ganha terreno pretendendo descrever o ressurgimento da defesa de um não intervencionismo radical. Antes circunscrito a limitados grupos acadêmicos o termo ganhou a mídia e acabou sendo adotado principalmente pela esquerda que assim passou a se referir a uma grande gama de idéias e práticas governamentais que ela pretendia combater. Contudo, um cotejo entre o que pode ser legitimamente chamado de ideário neoliberal e a prática de governos como o de Pinochet no Chile, Reagan nos EUA e Fernando Henrique Cardoso no Brasil mostra um distanciamento muito grande. O neoliberalismo em sua versão mais radical, que se pode observar, por exemplo, nos textos de Nozick ou de Dave Fridmann é extremamente utópico e dificilmente pode ser aplicado sem uma completa mudança do modelo político atualmente adotado na maior parte dos países. Contudo, a despeito de sua impossibilidade de aplicação real o neoliberalismo serviu nas três últimas décadas para justificar políticas de intervenção governamental em favor do capital. A versão moderada do neoliberalismo foi aplicada por vários governos e se mostrou muito mais danosa que as idéias radicais dos seguidores tardios de Mises. É importante que os teóricos marxistas e os próprios movimentos sociais tenham clareza de quais são as características desse neoliberalismo moderado que é bem mais difícil de identificar e combater, podendo mesmo se confundir com estratégias social democratas e desenvolvimentistas.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Neoliberalismo, intervenção estatal, política econômica			
ABSTRACT			
<p>In the eighties, the term neoliberalism is gaining ground pretending describe the defense of a resurgence of radical non-interventionism. Restricted to limited groups before the term gained academic and media was adopted mainly by the left that just went on to refer to a wide range of ideas and governmental practices that she trying to combat. However, a comparison between what can be legitimately called neoliberal ideology and practice of governments such as Pinochet in Chile, Reagan in the U.S. and Fernando Henrique Cardoso in Brazil shows a sharp departure. Neo-liberalism in its most radical, that can be observed, for example, the writings of Nozick or Dave Fridmann is extremely utopian and can hardly be implemented without a complete change of the political model currently adopted in most countries. However, despite its absence of the real neoliberalism served in the last three decades to justify policy intervention government in favor of capital. The moderate version of neoliberalism was applied by various governments and proved far more damaging than the ideas radical followers of the late Mises. It is important that the theoretical Marxists and social movements themselves are clear what are the characteristics of moderate neoliberalism which is much more difficult to identify and combat, and may even be confused with social strategies Democrats and environmentalists.</p>			
KEYWORDS			
Neo-liberalism, state intervention, economic policy			

Stephen Gill ao preparar especialmente para a edição brasileira um prefácio para o seu já clássico livro em que aplica conceitos de Gramsci para analisar as relações internacionais contemporâneas sentiu a necessidade de explicar que aquilo que os latino americanos normalmente chamam de neoliberalismo é mais usualmente chamado nos EUA de neoconservadorismo, ou na sua abreviação, neocon (Gill, 2007). A escola neoliberal nunca assumiu completamente essa

denominação, ela deriva de uma linhagem que remonta ao economista austríaco Ludwig Von Mises, passa por Hayek e Milton Friedman, chegando mais recentemente em Murray Rothbard e David Friedman.

Mesmo numa lista tão sintética podemos encontrar diferenças entre o radicalismo de Mises e Rothbard e uma posição mais moderada e pragmática presente no pensamento de Milton Friedman. Mas, fundamentalmente trata-se de uma escola que se desenvolveu principalmente a partir dos anos 40 do século passado e em oposição ao pensamento keynesiano dominante naquele período. Sua característica principal é a ênfase na necessidade de reduzir a intervenção do Estado na vida econômica ao mínimo indispensável (Thorsen, 2007). Neoconservadores, ao contrário, consideram que a ação do Estado é fundamental, talvez eles tenham mais clareza do que os neoliberais que sem uma forte e constante coerção estatal os privilégios dos setores dominantes da sociedade ficam muito ameaçados, e que, portanto, um Estado forte na sua capacidade de coerção é condição fundamental para a reprodução do capital.

Contudo, para além do campo teórico diferenciar neoliberais de neoconservadores não é tão simples. É conhecido o fato de que Hayek em várias ocasiões elogiou o programa econômico de Pinochet baseado na cartilha proposta por Friedman, mas, ele foi além, escreveu alguns textos onde o argumento principal era o de que às vezes pode ser necessário um governo forte, até mesmo uma ditadura, para implantar o livre mercado. Fica claro que a única liberdade que importa para Hayek é a liberdade do capital, ainda que para garanti-la seja necessário um Estado forte com relação aos mecanismos de coerção. Sem mencionar que o governo de Pinochet, não deixou de atuar fortemente em alguns setores econômicos, como na mineração e nas ferrovias.

O mesmo Hayek se encontrou algumas vezes com Reagan e demonstrou grande simpatia para com as políticas implementadas por esse presidente americano. Nesse ponto a contradição fica mais clara, embora seja citado por liberais e conservadores como um modelo de gestão o governo de Reagan na prática se afastou muito das proposições dos seguidores de Mises. Reagan aumentou o orçamento público americano principalmente com relação aos gastos militares, resultando numa triplicação do déficit público total. Seus defensores alegam que o déficit ocorreu em parte porque Reagan logo no início do seu primeiro mandato reduziu os impostos em 25%. Contudo, há dois problemas com essa alegação, em primeiro lugar essa redução foi seletiva e afetou basicamente o capital investido e a renda dos mais ricos, em segundo lugar, embora tenha reduzido alguns impostos Reagan aumentou outros. O resultado agregado foi um aumento da ordem de 50% na arrecadação federal convivendo com um forte aumento da desigualdade (Krugman, 2008).

Até hoje a administração Reagan é citada como um exemplo de prática liberal ou neoliberal, mas ela se encaixa muito mais facilmente no campo das práticas conservadoras, que ao mesmo tempo em que desregulamenta os investimentos e reduz os impostos dos mais ricos aumenta o poder coercitivo do Estado e impostos e contribuições pagos pelos mais pobres.

Na Europa a prática neoliberal também precisa ser relativizada, mas por motivos um pouco diferentes. Alguns autores chegam a falar no mito da crise do Welfare State, dados quantitativos mostram que na maioria dos países europeus os gastos que podem ser incluídos na rubrica de proteção social aumentaram entre 1970 e 1994. No caso da França ocorreu um salto de 18,9% para 30,2%. No caso da Dinamarca o salto foi de 19,6% para 30,9%. Mesmo o Reino Unido, durante a administração de Margareth Thatcher, não reduziu seus gastos sociais, e novamente comparando 1970 com 1994 temos um salto de 14,3 para 28,6 (Zimmerman & Alves, 2009).

Outro dado importante para pensar a propalada crise do Welfare State e sua substituição pelo neoliberalismo diz respeito ao percentual total do PIB controlado pelo Estado. Em 1980, na maior parte dos países europeus esse índice circulava entre 40 e 60% do PIB, significando um aumento médio de 10 pontos percentuais em relação aos anos 70. É só em 2000 que se pode verificar uma redução nesse percentual, mas, mesmo assim, em quase todos os países o nível fica acima do que se verificava em 1970. Christopher Pierson & Castles, 2007). Se temos a sensação de que o Estado recuou na Europa isto ocorre fundamentalmente por conta da redução da expectativa de direitos da futuras gerações, no caso da previdência social, por exemplo, e de reformas na legislação trabalhistas que não reduziram substancialmente os gastos do Estado, mas desoneraram a folha de pagamentos das empresas privadas. Sem falar, claro, nas privatizações, mas, essas nem sempre significaram economia e redução de gastos públicos. Em muitas situações, com as privatizações o Estado acabou reduzindo suas receitas e assumiu novos custos, por exemplo, na montagem de novos órgãos de regulamentação e fiscalização. A economia no orçamento público de modo geral foi irrisória ou mesmo inexistente.

No Brasil houve neoliberalismo?

Se os países centrais não adotaram completamente a cartilha neoliberal, apesar de todo o discurso laudatório, na periferia do sistema capitalista mundial e especialmente naqueles países que passaram pela crise da dívida da década de 80 a imposição para a adoção da mesma cartilha veio quase sempre de fora. Mas, encontrou no interior das nações elites dispostas a adotar pontos do

receituário neoliberal que se adequavam aos seus interesses. Este foi o caso do Brasil, também aqui, comparando os anos 80 com o momento atual, não tivemos redução de impostos nem redução do gasto público. Em 2002 as despesas do governo respondiam por mais de 21% do PIB quando em 1994 não alcançavam 14% (Pinheiro e Giambiagi, 2006). O Estado de modo geral, não diminuiu, mas, passou por uma reconfiguração que atendeu diretamente os interesses de facções do capital nacional e internacional.

Um ponto que chama a atenção no caso brasileiro é que o apoio a adoção de medidas liberais como as privatizações e a maior liberdade para o capital estrangeiro veio quase sempre do interior do Estado, de parcelas da sua burocracia, sem que tenha ocorrido uma ruptura marcada, por exemplo, por um partido de oposição de direita que assumiu o poder. O auge do intervencionismo estatal brasileiro ocorreu durante o regime militar e mesmo antes do fim desse regime membros do governo passaram a falar da necessidade de reduzir o tamanho do Estado brasileiro.

O primeiro governo da Nova República foi formado em grande parte por políticos que participaram e apoiaram os militares. Mas, ainda durante o governo Sarney as primeiras medidas no sentido de privatizar companhias estatais foram tomadas. Foi com Collor que as medidas liberais foram aceleradas, ainda que o início desse governo tenha sido marcado por uma medida fortemente intervencionista, o confisco da poupança. Coube a Fernando Henrique Cardoso consolidar o novo modelo liberal brasileiro, mas que não difere muito de estratégias que nos Estados Unidos são chamadas de neoconservadoras, já que um dos seus pontos principais passa pela desmobilização dos sindicatos e movimentos sociais ao mesmo tempo em que se amplia a capacidade de coerção do Estado e o próprio orçamento público.

Nossa hipótese é de que não existiu uma ruptura considerável entre o modelo de desenvolvimento adotado nos anos 70 e o que passamos a experimentar após o final da década de 80. Fundamentalmente foi preciso reconfigurar o Estado para que ele continuasse servindo ao capital em novas bases.

Fortemente pressionado pela crise fiscal experimentada após o choque dos juros em 1979, o Estado brasileiro deixou de ter condições de continuar servindo ao capital privado através da política de investimentos em infra-estrutura que garantiam um considerável volume de compras e possibilidades de melhorias na produtividade das empresas privadas. Também não era mais possível manter os bancos públicos, especialmente o BNDE, como uma fonte de capital barato para o empresariado brasileiro, finalmente, não era viável continuar transferindo valor para as empresas privadas através de uma política tarifária deficitária praticada por grandes empresas estatais, como a Petrobrás, a Vale do Rio Doce e a CSN.

Diante da nova realidade, parcelas do empresariado que sempre foram dependentes do Estado passaram a defender uma redução na sua intervenção direta na economia, e receberam o apoio de parcelas consideráveis da própria burocracia. A trajetória de Rinaldo Campos Soares é exemplar da transformação que se operou entre dirigentes da burocracia. Funcionário da USIMINAS desde 1971, Rinaldo se destacou como engenheiro no momento em que a siderúrgica se consolidou, através de expansões e abertura de subsidiárias, como a estatal mais lucrativa dentre empresas siderúrgicas. Mas, nos anos 80 mesmo a USIMINAS ainda dependia de verbas federais e financiamento do BNDE para implementar um novo programa de expansão. Com a situação deficitária do governo que naquele momento buscava reduzir gastos para fazer frente aos juros das dívidas externas os planos de expansão da USIMINAS foram cancelados e a empresa incluída no programa de desestatização do Governo Sarney. Rinaldo, assim como vários outros burocratas de defensor da expansão da siderurgia estatal se converteu em defensor da privatização. Mais que isso, nomeado presidente da USIMINAS em 1990 ele foi o responsável pelo saneamento da empresa pré-privatizações e também o articulador do acordo com o fundo de pensão dos funcionários da estatal que viabilizou que o mesmo passasse a ter 10% do capital da empresa após a sua privatização.

Rinaldo percebeu que no início dos anos 90 a expansão de uma empresa como a USIMINAS só seria viável com a mobilização de recursos que não dependiam diretamente do orçamento público. Naquele momento, segundo levantamento da BOVESPA, o Brasil devia US\$ 115 bilhões, correspondente a 22% do PIB (BOVESPA, 1990). Novos recursos só poderiam vir da iniciativa privada e dos fundos de pensão. Na maioria das indústrias estatais a privatização não significou um rompimento com os antigos gestores, além de Rinaldo Soares, Procópio Lima Neto, Wilson Brumer, Eliezer Batista podem ser citados como burocratas que defenderam a expansão de empresas estatais até o início dos anos 80 e se convertaram em executivos de empresas privatizadas, ou mesmo sócios dessas empresas.

Já comentamos o papel dos fundos de pensão, atrair esses ativos para o processo de privatizações foi ao mesmo tempo uma estratégia política para diminuir a oposição dos trabalhadores com relação às privatizações e um mecanismo para aumentar os recursos que poderiam adquirir as empresas estatais. Só o PREVI, fundo de pensão dos funcionários do Banco de Brasil adquiriu a partir de 1990 participação acionária em 36 grandes empresas, como por exemplo, Brasil Telecom, Itaú, Marcopolo, Randon e Usiminas (Isto é - Dinheiro, 24.SET.08). A Previ está no controle de 78 empresas, a Petros, na de 31, a Funcef, em 18, e a Funcesp, em 14. Em 2008 os ativos controlados pelos fundos de pensão públicos correspondiam a 127 bilhões de reais, correspondente a quase 17% do PIB (Lazzarini, 2011).

Na sua grande maioria, as empresas estatais foram vendidas por valores abaixo do mercado em leilões pouco competitivos. Muito longe de um modelo de livre mercado as privatizações foram extremamente dirigidas, no limite da irresponsabilidade, como afirmou o Ministro das Comunicações Mendonça de Barros. O mesmo ministro que diante do Senado Federal admitiu ter uma “preferência pessoal” pelo Consórcio liderado pelo Banco Opportunity na privatização da Tele Norte Leste. Mas, mesmo políticos que na época estavam na oposição, como Aloisio Mercadante do PT, usaram sua influência junto a PREVI para atuar como lobista em favor do empresário Benjamin Steinbruch na formação do consórcio que arrematou a Vale do Rio Doce (Folha de São Paulo, 15/05/2002).

O modelo das privatizações dirigidas foi viável exatamente porque contou com o capital dos fundos de pensão e dos grandes bancos nacionais, mas mesmo assim o BNDES precisou financiar boa parte dos grupos que venceram os leilões de privatização. Portanto, o capital público foi mobilizado para garantir a vitória de grupos empresariais. Durante os anos 90 o setor financeiro brasileiro experimentou uma considerável expansão, mas o aspecto mais importante está ligado a forte ligação que se construiu entre o capital financeiro público e privado e o capital industrial. Segundo levantamento da Revista Época só o governo federal controla direta ou indiretamente 675 empresas (Época, 15 DE JUNHO DE 2011)

Sérgio Lazzarini (2011) estudou a composição do controle acionário das principais empresas brasileiras e usando o conceito de centralidade descobriu que após as privatizações os fundos de pensão, o BNDES e alguns grupos privados financeiros ganharam enorme centralidade. Esse conceito tenta dar conta de rede que se forma a partir de entidades que controlam múltiplas empresas, é uma tentativa de verificar quem são os proprietários finais das grandes empresas, quem realmente as controla. Segundo o estudo citado as dez entidades que mais ganharam centralidade, isto é, aumentaram seu controle sobre grandes empresas entre 1996 e 2009 foram:

1. Previ (Fundo de pensão do Banco do Brasil)
2. União Federal (incluindo BNDES)
3. Petros (Fundo de pensão da Petrobrás)
4. Funcef (Fundo de pensão da Caixa Econômica Federal)
5. Participações Morro Vermelho (grupo Camargo Corrêa)
6. Banco Opportunity

7. Unibanco
8. JP Morgan Chase
9. Grupo Itaú
10. Grupo Votorantim

O que se percebe dessa tabela é que por vias indiretas o Estado pode ter aumentado o seu controle sobre as grandes empresas do país. Isto se explica porque os fundos de pensão e o BNDES tem participação numa infinidade de empresas que formalmente são privadas. Mas, também podemos perceber o crescimento de grupos financeiros locais, como o Unibanco e o Itaú, e de dois grupos tradicionais em setores industriais, mas que criaram ou ampliaram seus braços financeiros como forma de diversificar suas atividades e facilitar a participação na aquisição das empresas. O Bradesco provavelmente só não aparece na lista porque o Banco resolveu pulverizar seus investimentos entre o próprio Bradesco, a Bradespar, que é integralmente controlada pelo Bradesco e a Velepar.

Também é notável que apenas um grupo estrangeiro, o JP Morgan apareça na lista. O estudo de Sérgio Lazzarini (2011) não confirma a tese de que as empresas estrangeiras aumentaram consideravelmente o seu controle sobre a economia brasileira nos últimos 20 anos. Mais que isso, as empresas estrangeiras que tiveram maior sucesso nos seus investimentos foram justamente aquelas que buscaram se associar com grupos nacionais. A internacionalização tem mão dupla, se empresas estrangeiras buscam se associar com empresas nacionais para facilitar a penetração no mercado brasileiro, cada vez mais empresas brasileiras buscam se associar com multinacionais para expandir seus negócios no exterior.

Recentemente a imprensa brasileira passou a denunciar o fato de que o governo brasileiro estava elegendo “campeões” entre os empresários brasileiros que com o apoio do BNDES e dos fundos de pensão puderam se tornar players globais no capitalismo financeiro internacional. O próprio ex-presidente Fernando Henrique passou a criticar a associação de empresários privados com fundos de pensão e o BNDES (Estado de São Paulo, 1/11/2009). Contudo, o que parece ter acontecido segundo os dados levantados por Lazzarini é apenas uma substituição de alguns dos campeões, se nos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso os dois empresários mais beneficiados foram Daniel Dantas e Carlos Jereissati, no governo Lula os grandes beneficiados

parecem ser Eike Batista e José Batista, proprietário da JBS frigoríficos. Mas, alguns grupos como as famílias que controlam o Bradesco e o Itaú foram bastante beneficiados em ambos os governos.

De forma até certo ponto surpreendente a política de entrelaçamento do Estado com o capital privado encontra poucos opositores entre o empresariado. Destacamos a FIRJAN, que vem sendo presidida por Eduardo Eugênio Gouveia Vieira, um empresário bastante próximo do PSDB, e desde 1994, enfatiza a necessidade de redução do papel do Estado e a urgência das reformas previdenciária, fiscal, administrativa. Seus documentos freqüentemente mencionam a necessidade de reduzir os gastos públicos, o que obviamente afetaria o investimento direto estatal.

Na outra ponta FIESP se caracterizou por apoiar algumas das propostas da chamada agenda neoliberal, como a reforma trabalhista e a reforma da previdência, mas criticar outros pontos, como “a exagerada abertura da economia” sem a contrapartida de uma política industrial nacional. O que só pode ser entendido com um lamento pelo redução dos investimentos diretos do Estado. Em agosto de 1998, Horácio Piva Lafer, candidato apoiado por Moreira Ferreira, elegeu-se presidente da FIESP/CIESP. A gestão de Horácio Lafer a frente da FIESP foi marcada por uma maior contundência nas críticas à política econômica do governo federal, à época sob a gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) . Particularmente quatro aspectos sofreram pesadas críticas da entidade: a) a política de juros altos, b) a alta carga tributária, c) o baixo investimento público, d) a abertura externa da economia. Essas críticas chegaram a gerar uma divergência pública entre o presidente da FIESP e seu primo Celso Lafer que era ministro das relações exteriores do governo de Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da negociação para criação da tarifa externa comum para eletrodomésticos com a Argentina.

Nas eleições de 2002, ao contrário do que havia acontecido no passado, a FIESP fez questão de deixar claro que não se colocaria antecipadamente em oposição a nenhum dos candidatos, e chegou a publicamente saldar o compromisso assumido por Luis Inácio Lula da Silva (PT) de manter a estabilidade econômica e aumentar os investimentos públicos.

Em 2004, a FIESP passou pela mais acirrada eleição de sua história, representando a situação Cláudio Vaz se lançou candidato enfrentando o opositor Paulo Skaf. O candidato da oposição venceu na FIESP, mas perdeu a eleição para Cláudio Vaz na CIESP. Rompendo com uma longa tradição, as duas entidades passaram a ter presidentes diferentes. O pleito foi tão acirrado que chegaram a surgir denúncias públicas de compra de votos por parte da chapa situacionista.

Em 2009, Paulo Skaf, ainda presidente da FIESP se filiou ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) e se lançou candidato para as eleições de 2010. Tivemos então inusitada situação de

encontrar um presidente da FIESP na base de apoio do governo Petista. Numa clara demonstração de que a FIESP considera a política do governo Lula, com a redução dos juros e o lançamento de programas de investimento direto, mas adequada aos seus interesses. Não podemos descartar também que a atual posição da FIESP possa refletir o forte entrelaçamento do grande capital nacional com os fundos de pensão e o BNDE. Outro indicio nesse sentido apareceu quando 12 associações empresariais, todas ligadas à indústria pesada e ao setor de infra-estrutura, mandaram publicar nos principais jornais do país um documento intitulado “Em defesa do investimento” . A tese defendida no documento é a de que o BNDES vem tendo um papel fundamental no financiamento da indústria brasileira e que por isso mesmo vem sofrendo um ataque de economistas e jornalistas ligados ao sistema financeiro. Cabe citar o início do documento:

“As entidades signatárias deste documento se vêm na obrigação de vir a público para se posicionarem firmemente em relação aos ataques sofridos pelo BNDES, que ganharam vulto nas últimas semanas. Os responsáveis por esses ataques são os que sempre defenderam as idéias do pensamento econômico que prevaleceu nas últimas décadas, que levou o mundo à maior crise econômica dos últimos oitenta anos.”

É fácil perceber uma crítica direta a agenda neoliberal e seus defensores, identificados entre economistas, jornalistas e representantes do sistema financeiro. Esse documento, que recebeu muitas críticas na grande mídia logo assim que foi lançado, mas rapidamente foi esquecido, demonstra que para algumas grandes empresas, notadamente do setor de infraestrutura o BNDE funciona como o principal financiador e o Estado ainda é o principal estimulador dos investimentos.

Conclusão

Em vários momentos do seu estudo Sergio Lazzarini (2011) comenta que o programa de abertura da economia brasileira e as privatizações foi um processo de mudanças que fundamentalmente manteve tudo como era antes. Isto é, a centralidade do Estado não diminuiu, até aumentou, o grande capital privado atrelado ao Estado passou a ser até mais beneficiado do que na época dos grandes investimentos estatais, como nos anos 50 e 70, e a economia brasileira continuou fortemente concentrada com baixa taxa de competitividade.

Concordamos parcialmente com essa conclusão, as mudanças não foram inócuas muito menos irrelevantes. Ainda que o Estado continue na ponta final controlando a maioria das grandes empresas brasileiras isso se faz de forma indireta e essas empresas formalmente são privadas. Mesmo se concluirmos que na prática uma empresa como a Eletropaulo continua sendo estatal sua nova condição após o leilão das privatizações garanti algumas importantes mudanças administrativas.

As empresas formalmente privadas são muito mais difíceis de controlar do que eram as estatais. Ao longo desses anos vimos vários conflitos envolvendo a presidência dessas empresas, como a disputa de Daniel Dantas pelo controle da Brasil Telecom e a demissão de Roger Agneli do comando da Vale do Rio Doce. É muito diferente a situação da Petrobrás, por exemplo, onde o presidente da companhia pode ser nomeado e demitido sempre que o governo federal julgar conveniente.

Os economistas costumam dizer que empresas estatais sofrem forte ingerência política e tem pouca autonomia gerencial. Sendo assim as empresas formalmente privatizadas ganharam autonomia, ainda que não integral. Mas, autonomia em relação ao governo significa também autonomia em relação a sociedade. As empresas formalmente privatizadas realizam se associam com outras empresas, realizam fusões, enfim, tomam decisões gerenciais, sem passar pelo crivo do governo federal e longe de possíveis críticas partindo do poder legislativo. Elas se livram inclusive de ter suas contas avaliadas pelo tribunal de contas.

Não é uma mudança cosmética, ainda que formalmente privatizadas, ainda que na prática capitalizadas com dinheiro público, elas ganham uma autonomia que as verdadeiras estatais jamais tiveram. O investidor privado ganha previsibilidade, sabe que, por exemplo, dificilmente essas empresas serão forçadas a reduzir seus preços e tarifas para contribuir com uma política de redução da inflação.

No mercado externo as empresas formalmente privatizadas também ganham maior liberdade. Empresas estatais costumam enfrentar resistência quando fazem investimentos em países estrangeiros e a participação delas em licitações, por exemplo, chega a ser proibida em alguns países sob a alegação de concorrência desleal. Portanto, a reconfiguração do Estado também facilitou as aventuras de nossas grandes empresas no exterior, num fenômeno que Virginia Fontes (2010) chama de subimperialismo.

O Estado continua sendo o grande financiador da economia brasileiro, particularmente depois de 2002, quando as condições macroeconômicas do país melhoram o permitindo que o

governo venha capitalizando cada vez mais o BNDES, mas a própria natureza pulverizada do seu investimento, já citamos que segundo a revista *Época* o Estado ainda controla indiretamente mais de 600 empresas, dificulta muito que a sociedade controle o modo como esse investimento é feito.

Podemos fazer um paralelo que não pretendemos aprofundar, mas queremos sugerir, como o modo como os investimentos em assistência social vêm sendo feitos no Brasil nos últimos 20 anos, aprofundando uma bem anterior. Cada vez mais o Estado não faz investimentos diretos em assistência social, mas se acomoda a posição de financiador que repassa recursos para as ONGs. Se as ONGs podem trazer mais capilaridade e flexibilidade às ações sociais o fato de que se trata de milhares de entidades, a maioria muito pequena, dificulta enormemente o controle do investimento e a aferição dos resultados.

De forma semelhante, é difícil acreditar que os investimentos públicos pulverizados em empresas formalmente privadas possam resultar numa política industrial coerente e voltada para o benefício da população. O Estado pode não ter diminuído, faz pouco sentido falar em reformas neoliberais, mas esse Estado ainda grande é cada vez mais refém dos interesses do grande capital, de uma forma que talvez não tenha paralelo na História do Brasil.

Bibliografia

BOITO. A burguesia no governo Lula. *Crítica Marxista*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 52-77, primeiro semestre, 2005

CARDOSO, F. H. 1966. *Empresários de d*

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO. *O caminho da privatização*. São Paulo, 1990.

CARDOSO, Fernando Henrique. “Para onde vamos”. In: *Estado de São Paulo*. 1/11/2009

FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010

GILL, Stephen (Org). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

LAZZARINI, Sérgio G. *Capitalismo de laços*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

KRUGMAN, Paul. Reagan and the reneues. In: NYT, 2008. <http://krugman.blogs.nytimes.com/2008/01/17/reagan-and-revenue/>

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u32519.shtml>

http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/3681_OS+MAIORES+ACIONISTAS+DO+BRASIL

<http://www.senado.gov.br/noticias/OpinioPublica/inc/senamidia/historico/1998/11/zn112040.htm>

PINHEIRO, A. & GIAMIAGI, F. Rompendo o marasmo: a retomada do desenvolvimento no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier , 2006.

LOURENÇO NETO, Sydenham. A Indústria pesada brasileira e a crise dos anos 80: o fim da aliança expansionista e a gestação da proposta privatista. In.: História e Perspectivas. N. 44, Jan/Jun, 2011.

SANTOS, W. Guilherme dos. O ex-Leviatã Brasileiro - do voto disperso ao clientelismo concentrado. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

THORSEN, Dag Einar. The Neoliberal Challenge: What is Neoliberalism?. Oslo, University of Oslo, 2009.

ZIMMERMANN, C., ALVES, J.. O mito do declínio do Welfare State (The myth of the decline of the Welfare State). Emancipação, Ponta Grossa, 9, mar. 2010. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/1067>. Acesso em: 16 Nov. 2011.